

Opinião

EDITORIAL

Heranças ruins do ano passado

A cada nova notícia negativa no final de 2016, virou uma brincadeira comum as pessoas pedirem a antecipação da virada para, quem sabe, jogar fora as más lembranças junto com os calendários vencidos. Mas em termos de economia e política, o ano passado insistirá em ficar conosco mais alguns meses, indevidamente invadindo 2017. O efeito de carregamento estatístico (*carry over*) dos principais indicadores é uma prova disso.

O sinal mais claro da herança ruim é o da evolução do PIB. Segundo a última Carta de Conjuntura do Ipea, o ano passado trouxe um carregamento negativo de 0,5% para a economia neste início de 2017. O cálculo é reforçado pelas projeções do mercado financeiro, que tem reduzido a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto há dois meses. Está melhor que no ano passado, quando a carga negativa herdada chegou aos 3,5% negativos, mas começar o jogo perdendo é um mau prenúncio, sem dúvida.

INDICADORES IMPORTANTES INICIAM 2017 AINDA SOB A PRESSÃO ESTATÍSTICA DE 2016

Outra conta ruim da crise que ficou para o ano seguinte está no mercado de trabalho. No apagar das luzes de 2016, o IBGE calculou que 12,1 milhões de pessoas estavam sem emprego no último trimestre do ano, quase três milhões a mais que no encerramento de 2015. A conjugação de atividade fraca e desemprego alto pelo menos serviu para manter a inflação sob controle, com previsões até de alcançar o centro da meta de 4,5% neste ano. Isso deve dar fôlego para o Banco Central acelerar os cortes da Selic sem maiores riscos ou acusações de ingerência política na autarquia.

No campo das contas públicas, a herança negativa é a falta de solução para a crise dos estados. O projeto de renegociação dos débitos com a União foi desfigurado pelos interesses políticos da Câmara e o presidente Michel Temer teve de optar por um veto parcial enquanto discute contrapartidas mais leves.

O trabalho a ser feito no campo político vai depender da velocidade das apurações da operação Lava Jato, que tem o poder de iniciar a limpeza ética do país, mas que também tende a alongar a insegurança institucional. Feliz Ano Novo.

LILIANA LAVORATTI

EDITORA-FECHAMENTO
liliana@dci.com.br



PLANO DE VOO

O incrível 2016 vai continuar em 2017

Toda vez que o governo se encontra em uma encruzilhada, com dificuldade de sair do lugar, tira da cartola uma proposta que desde a Constituição Federal de 1988 não avançou, apesar de inúmeras tentativas: a reforma tributária. Foi basicamente essa a novidade que o presidente Michel Temer (PMDB) trouxe em sua última manifestação em 2016, na quinta (29). “Há vários projetos bem encaminhados no Senado e na Câmara Federal, mas neste ano o Executivo vai empenhar-se na reforma tributária”, disse Temer a jornalistas, acrescentando que o foco será a famigerada simplificação do sistema de impostos e contribuições sociais.

Desejo inalcançável

Espécie de desejo inalcançável dos governantes, a reforma tributária vai completar a agenda de temas explosivos no Congresso, e que devem prejudicar ainda mais a baixa popularidade do governo Temer. Reformas da Previdência, Trabalhista e Tributária – as duas primeiras, principalmente – deverão levar às ruas outra vez os brasileiros, por mexerem em questões concretas. Já as mudanças no capítulo constitucional que trata do financiamento dos gastos públicos e da divisão dos mais de 30% do PIB retirados da sociedade, mexem com interesses de toda a federação brasileira.

Ambiente difícil

A proposta da reforma tributária só reforça a sensação de 2017 estar começando com jeito de 2016, o ano que todos querem esquecer. Já ficou para trás a ilusão de que 2017 seria melhor, ninguém acredita em um crescimento da economia acima de 0,5%, o desemprego continuará alto até o segundo semestre, pelo menos. As incertezas e a falta de confiança no futuro próximo ainda contaminarão as decisões de empresas e famílias enquanto não houver um quadro do alcance da Lava Jato na crise política que envolve inclusive o presidente Temer.

Remédio aguardado

Com os efeitos da forte desaceleração da economia em 2015 e 2016, e a tensão política no Palácio do Planalto e no Congresso Nacional em decorrência das investigações e delações da Lava Jato, a redução dos juros poderá dar um certo fôlego às empresas e famílias. Temer também vê na diminuição dos juros do cartão de crédito no rotativo (pagamento mínimo) outro estímulo ao consumo. O corte na Selic é esperado para a próxima semana, na primeira reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) deste ano. Na quarta (11), a taxa deverá cair 0,5 pontos percentuais.

Renovar esperanças

Virada de ano é sempre momento de renovar esperanças. O presidente da República manteve o ritual e afirmou na sexta (29) que 2017 será o ano em que o Brasil vencerá a crise econômica e retomará o crescimento. “2017 não será uma prorrogação de 2016, mas sim um ano muita realização e muita esperança para o governo e para todos os cidadãos brasileiros. O ano de 2017 será efetivamente um ano novo, será o ano que nós vamos vencer a crise”, afirmou ao fazer um balanço de seu governo. Oxalá esses desejos do presidente se realizem. Vamos torcer.

ARTIGO

Um balanço do governo Temer

Estratégia de ajuste fiscal atual se baseou em erros da proposta de Dilma

Terminado 2016, é o momento de fazer um balanço dos quase sete meses do governo do presidente Michel Temer na economia. Sem querer entrar na difícil seara da “legitimidade” do *impeachment* de Dilma Rousseff, não se pode questionar o fato de que boa parte dos argumentos e da motivação para esse processo adveio da sensação de paralisia em que se encontrava o governo no final de 2015 e início de 2016. Paralisia essa que atuava no sentido de aprofundar a crise econômica. Nesse contexto, o governo Temer era visto como a “saída política” para a crise econômica. Sete meses depois de Temer assumir a Presidência da República, qual o balanço que podemos fazer de sua gestão?

Em primeiro lugar, nem o mais ferrenho opositor do dito “governo golpista” pode deixar de reconhecer que com Temer no cargo o governo voltou a ter um funcionamento minimamente normal. Vem se mostrando capaz não só de propor uma agenda de reformas para o país (correta ou não são outros quinhentos), como ainda agregar uma base de apoio parlamentar suficiente para aprovar essas reformas, algumas das quais envolvem emendas constitucionais. Se compararmos essa situação com a prevalecente no final de 2015 trata-se, sem dúvida alguma, de um avanço notável.

Em segundo lugar, a estratégia de ajuste fiscal do governo Temer é claramente superior à do governo Dilma Rousseff, na época em que Joaquim Levy era ministro da Fazenda. A estratégia de Levy baseava-se na ideia de fazer uma “virada fiscal”, ou seja, realizar um ajuste fiscal muito rápido, centrado em cortes de despesas, para conseguir alcançar, até 2018, o superávit primário requerido para a estabilização da dívida pública como proporção do PIB.

O problema com essa estratégia de ajuste é

que as despesas que poderiam ser cortadas a curto-prazo eram precisamente aquelas com maior efeito multiplicador sobre o nível de atividade, ou seja, as despesas discricionárias, entre as quais os gastos de investimento do governo central, mas que representavam apenas 10% do orçamento da União.

Nesse contexto, o Ministério da Fazenda promoveu em 2015 um corte real de 35% dessas despesas, o que certamente contribuiu para o aprofundamento da crise econômica. Enquanto isso, as despesas obrigatórias, não sujeitas a corte ou contingenciamento do governo, continuavam crescendo 5% em termos reais.

Dessa forma, obteve-se o pior de dois mundos: a despesa primária do governo central aumentou 1% em termos reais no ano de 2015 e a receita tributária encolheu quase 5% em termos reais devido ao agravamento da recessão.

A estratégia de ajuste fiscal do governo Temer foi desenhada a partir dos erros da proposta de Levy. Ao invés de uma “virada fiscal”, o governo Temer propôs, por intermédio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/55, um ajuste fiscal gradual com base na redução do ritmo de crescimento das despesas primárias da União.

Ao indexar essas despesas pela inflação do ano anterior, a PEC 241/55 pretende assegurar uma redução das despesas primárias como proporção do PIB no médio e longo-prazo, fazendo com que em algum momento nos próximos anos o governo central volte a gerar o superávit primário requerido para a estabilização da dívida pública. Até lá a dívida pública como proporção do PIB continuará sua trajetória ascendente, podendo ultrapassar 80% até o final da década.

jose.oreiro@ie.ufrj.br

DCI

Panorama
Diário
Comercial e
Publicidade
Ltda.

“É vetada a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste jornal, a não ser com a autorização expressa do Diretor de Redação”

FSC
MISTO
Papel
FSC® C113259

IVC

ASSOCIADO A
ANJ

CENP

CONSELHO EDITORIAL - Alaíde Quercia, Duílio Calcicolar, Claudia Rei, Raphael Müller e Roberto Lira

DIRETORIA - DIRETOR EXECUTIVO: Raphael Müller - raphaelmuller@dci.com.br

REDAÇÃO - DIRETOR: Roberto Lira - roberto.lira@dci.com.br

EDITORA-ABERTURA: Adriane Castilho - adriane.castilho@dci.com.br

EDITORA-FECHAMENTO: Liliana Lavoratti - liliana@dci.com.br

EDITORES: Anna Lúcia França, Fernanda Bompan, Fernando Miragaya, Paula Cristina Silva, Vanessa Stecanella e Wagner Gueller

CORRESPONDENTES: BAURU - Anna Maria Ferreira, ABCD - Juliana Cristina, BRASÍLIA - Abnor Gondim, CAMPINAS - Milton Paes, RIBERAÓ PRETO - Bete Cervi, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Julio Ottoboni; AGÊNCIAS NOTICIOSAS: Agência Brasil (AB), Agência Estado (AE), Agência Lusa (AL) e Reuters

DEPARTAMENTO COMERCIAL - DIRETOR: Martim Novaes - martim.novaes@dci.com.br; GERENTES:

Nacional - Sandro Bertoloti - sandrob@dci.com.br - Publicidade

Legal - Carlos Pontes - carlos.pontes@dci.com.br

Publicidade - Para anunciar: (11) 5095-5300/5301 de 2ª a 6ª, das 8 às 19 horas, e-mail: comercial.institucional@dci.com.br/ comercial.legal@dci.com.br

Departamento de assinaturas - ATENDIMENTO AO ASSINANTE (SAA):

Dúvidas, sugestões ou reclamações: (11) 5095-5335 de 2ª a 6ª, das 8 às 18 horas, e-mail: atendimento@dci.com.br;

Para assinar: São Paulo e Grande São Paulo - (11) 5095-5335, Demais localidades - 0800-77-03-324, assinaturas@dci.com.br

Redação - Telefone (11) 5095 5200, fax (11) 5095 5308, e-mail: redacao@dci.com.br

Sede São Paulo - Rua Major Quedinho, 90 - 7º e 8º andar, Centro, São Paulo, SP, CEP 01050-030, Telefone (11) 5095 5200

Sucursal Rio - Avenida Rio Branco, 156, sala 1616 / Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20040-901, Telefone (21) 3178 4517

Impressão - S.A. O Estado de S. Paulo